

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Diretora Executiva: Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO

Gerente: Inah Maria Szerman Rezende

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DE FORMAÇÃO

Gerente: Lorena Assunção Belleza Colares

A Política Antimanicomial do Poder Judiciário

Modalidade: A distância, com aulas síncronas e tutoria

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Renato Dresch, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, em parceria com Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), comunicamos que estarão abertas as inscrições para o curso “**A Política Antimanicomial do Poder Judiciário**”, conforme abaixo especificado:

- 1. PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:** magistradas, magistrados, assessoras e assessores do TJMG, sendo 10% destinadas a magistradas e magistrados de outros Tribunais, em consonância com as diretrizes da ENFAM.
 - 1.1. Caso as vagas destinadas a magistrados de outros Tribunais não sejam preenchidas, serão destinadas aos magistrados (as) e assessores(as) do TJMG.
- 2. OBJETIVO:** ao final da ação educacional, espera-se que a(o) aluna(o) seja capaz de aplicar as diretrizes e procedimentos da política antimanicomial do Poder Judiciário em todas as etapas do processo criminal.
- 3. DOCENTE:** Luís Fernando Nigro Corrêa - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- 4. MODALIDADE:** a distância, com aulas síncronas e tutoria.
- 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Unidade I - O panorama da proteção dos direitos das pessoas com deficiência e a reforma psiquiátricas.

 1. Panorama histórico da compreensão da deficiência e da forma de consideração da pessoa com deficiência.
 - 1.1. Os modelos de compreensão da deficiência.
 - 1.2. A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: princípios e regras.
 - 1.3. Apontamentos sobre a Reforma Psiquiátrica. Análise da Lei 10.216/01.
 - 1.4. Propósito e caminhos para a consecução da reinserção social do paciente.

Unidade II - A política antimanicomial do Poder Judiciário.

 2. Antecedentes da política antimanicomial do Poder Judiciário.
 - 2.1. As diretrizes e procedimentos da política antimanicomial do Poder Judiciário.
 - 2.2. Audiência de custódia das pessoas com transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial.
 - 2.3. O tratamento em saúde mental no curso da prisão preventiva ou outra medida cautelar.
 - 2.4. Tratamento em saúde mental no curso da execução de pena.

Unidade III - Os contornos da medida de segurança à luz do modelo social de compreensão da deficiência e da reforma psiquiátrica.

 - 3.1. Medida de segurança (ambulatoria e internação).
 - 3.2. O impacto da Lei da Reforma Psiquiátrica na medida de segurança.
 - 3.3. Cotejo da legislação penal e processual penal à luz da Lei da Reforma Psiquiátrica e dos dispositivos da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.
 - 3.4. Diálogo entre justiça e saúde.
- 6. PERÍODO DE REALIZAÇÃO:** 13/3 a 22/4/2024.
 - 6.1. Aulas síncronas (ao vivo):
 - 1ª aula síncrona: 21/3/2024, das 9h30 às 12h.
 - 2ª aula síncrona: 4/4/2024, das 9h30 às 12h.
 - 3ª aula síncrona: 11/4/2024, das 9h30 às 12h.
- 7. CARGA HORÁRIA:** 20h, sendo 7h30 de aula síncrona e 12h30 de atividades na plataforma EaD.
- 8. NÚMERO DE VAGAS:** 30 vagas.
- 9. DAS INSCRIÇÕES:**
 - 9.1. As inscrições serão abertas a partir das 10h do dia **26 de fevereiro** até as 23h59min do dia **8 de março de 2024**, por meio do formulário disponível no link: <https://siga.tjmg.jus.br/mod/cadastro/index.php?courseid=cur2590>;
 - 9.2. O pedido de inscrição deve ser feito no link descrito acima, preenchendo ou atualizando no formulário seus dados de cadastro e após, clicar no botão “Enviar pedido de inscrição”;

- 9.3. Os campos CPF e senha, preenchidos durante o procedimento de inscrição, serão utilizados, respectivamente, para login e senha de acesso ao ambiente virtual do curso, devendo ser anotados pela(o) candidata(o), como forma de lembrete;
- 9.4. As inscrições validadas poderão ser consultadas no <<http://www.siga.tjmg.jus.br>>, por meio do ícone “Painel do Estudante”, a partir das 14h do dia 11/3/2024.
- 9.5. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de inscrição, observado o público-alvo e o número de vagas, dispostos neste edital.
- 9.6. Serão excluídas as inscrições daquelas(es) que compartilharem o mesmo endereço de e-mail.

10. PRÉ-REQUISITOS TECNOLÓGICOS:

- 10.1. Possuir ou ter acesso a um computador multimídia, capaz de reproduzir áudios e vídeos;
- 10.2. Ter acesso à Internet, com velocidade mínima de conexão de 256 kbps;
- 10.3. Possuir endereço de correio eletrônico (e-mail) válido, atual e de uso exclusivo do aluno;
- 10.4. Possuir Sistema Operacional e Navegador de Internet bem como Adobe Flash Player, Adobe Acrobat Reader e Windows Media Player instalados e atualizados.

11. ACESSO AO CURSO:

- 11.1. Acessar o endereço siga.tjmg.jus.br;
- 11.2. Clicar no ícone “Painel do Estudante” e inserir seu CPF (11 algarismos, sem separadores e espaços);
- 11.3. Clicar no curso pretendido e digitar seu login (os 11 algarismos do CPF) e sua senha, tais como definidos na ocasião do preenchimento do formulário de inscrição;
- 11.4. A (O) aluna (o) deverá ter disponibilidade para participar do curso no período mencionado, ler todo o conteúdo do curso e realizar atividades propostas bem como consultar com frequência o e-mail cadastrado no sistema para verificar avisos, alertas, dentre outros;
- 11.5. O ambiente do curso estará acessível a partir das 14h da data inicial e será encerrado às 23h59min da data de término.

12. CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO:

- 12.1. Os participantes são aprovados e certificados no curso se obtiverem o mínimo de 75% de aproveitamento nas atividades propostas e 80% de frequência (ou seja, estarem presentes em ao menos duas aulas síncronas);
- 12.2. Para as **aulas síncronas**, que serão realizadas nos dias 21/3, 4/4 e 11/4/2024, das 9h30 às 12h, na plataforma Zoom, a pontuação relacionada à participação será computada a partir do registro de presença por meio de link que será disponibilizado durante a aula, sendo pontuada em 10 pontos, cada aula.
- 12.3. O certificado poderá ser retirado eletronicamente pelo endereço: siga.tjmg.jus.br, a partir do 5º (quinto) dia útil do término do curso.

13. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO: a avaliação de reação será realizada pelas(os) participantes ao final do curso, mediante questionário que terá como finalidade a verificação da qualidade do curso, o constante aperfeiçoamento das estratégias adotadas e a qualificação do docente.

14. PRAZO PARA SALVAR/IMPRIMIR O MATERIAL DO CURSO: a(o) estudante deverá salvar/imprimir este conteúdo durante o período em que o curso estiver disponível. Uma vez fechado o ambiente virtual, os conteúdos não ficarão mais acessíveis.

15. UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DO CURSO: a utilização e impressão dos materiais do curso somente serão permitidas para uso pessoal da(o) estudante, visando a facilitar o aprendizado dos temas tratados, sendo proibida sua reprodução e distribuição.

16. DO CANCELAMENTO DA PARTICIPAÇÃO: a necessidade de cancelamento da matrícula deverá ser comunicada pelo canal Fale Conosco, no endereço www.siga.tjmg.jus, ou por meio do e-mail cofor103@tjmg.jus.br, até o último dia de inscrição estabelecido no item 9.1, para viabilizar a substituição das(os) desistentes, observado o público-alvo descrito no item 1 deste aviso.

17. ESTIMATIVA DO MONTANTE DA DESPESA: R\$6.606,00 (seis mil, seiscentos e seis reais) que abrange honorários do docente.

18. ORIGEM DA RECEITA: dotação orçamentária do TJMG.

19. ENFAM: curso credenciado pela ENFAM, por meio da Portaria de Credenciamento n. 309, de 4 de dezembro de 2023.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

20.1. De acordo com as regras disciplinadas no artigo 9º, § 2º da Portaria 1409/PR/2022:

“Art. 9º Será considerada como hora trabalhada a efetiva participação de servidor em atividades presenciais ou síncronas das ações educacionais internas”.

(...)

“§ 2º Nos casos de participação por livre iniciativa do servidor, são serão consideradas como horas trabalhadas aquelas correspondentes ao período de participação efetiva durante a jornada de trabalho, desde que haja a autorização previa do gestor imediato, facultada a inversão de turno”.

20.2. Todas as informações relativas a esse curso serão comunicadas às(aos) interessadas(os) via e-mail. A EJEF não se responsabiliza por e-mails retornados em função de caixa cheia, endereço eletrônico desatualizado ou não localizado, incorreto, desabilitado, mensagem bloqueada pelo Firewall/Antivírus.

- 20.3. Outros esclarecimentos: Coordenação de Formação Administrativa I - COFOR I, por meio do telefone (31) 3247-8812 ou pelo e-mail cofor103@tjmg.jus.br.
- 20.4. Edital publicado, no DJe, originalmente dia 23 de fevereiro de 2024.